

Referência: CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2020. Tradução de Daniel Fabre.

SOBRE O CONCEITO DE APOROFOBIA: UMA ÉTICA PARA TOLERAR A POBREZA?

Manoela de CARVALHO* 
Rodolfo Franco PUTTINI** 

O livro “Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia”, de Adele Cortina (2020), embora contextualizado na Espanha, aborda uma temática diretamente relacionada ao Brasil, põe foco um dos atuais dilemas éticos em nosso país, especialmente vivenciado por milhares de imigrantes denominados transfronteiriços nos municípios brasileiros da faixa de fronteira internacional. Trata-se do preconceito e discriminação, não contra quaisquer imigrantes, mas *aos pobres* - pessoas que migram em busca de trabalho, assistência à saúde no SUS, educação ou assistência social, atravessando limites de fronteiras. Muitos estudos revelam a existência deste fenômeno social no Brasil: o preconceito em relação aos imigrantes pobres, seja por parte de moradores, seja pelos profissionais e até gestores locais de políticas sociais (ARENHART et al., 2022; NASCIMENTO, 2020; AIKES; RIZZOTTO, 2019; WEBER et al., 2019; RISSON; MATSUE; LIMA, 2018; SILVA; BRITO DE MELLO, 2018).

Adele Cortina, professora emérita de Filosofia Moral e Política da Universidade de Valência na Espanha, cunhou o neologismo “aporofobia” (aversão aos “sem saída” ou “sem recursos”) para designar esta rejeição, que não se dirige aos estrangeiros, imigrantes ou turistas em geral, o que seria caso de xenofobia. A autora centraliza seu pensamento no preconceito ao imigrante e refugiado **pobre**, que sai do seu país de origem por causa das condições precárias de vida e de trabalho e busca no país em que chegam aquilo o que lhe fazia falta no seu país: trabalho, moradia, alimentação, segurança, paz, saúde, etc. O que produz a rejeição e a aversão não é que venham de fora, que sejam de outras raças ou etnias, não incomodam os estrangeiros pelo fato de serem estrangeiros, mas *incomoda, isso sim, que sejam pobres* que venham a complicar a vida dos que, bem ou mal, vão se defendendo, que não tragam, aparentemente, recursos, mas sim problemas. É o pobre que incomoda, que aumentará os custos da saúde pública, que tomará o trabalho dos nativos e que será em potencial um terrorista ou um criminoso (p.18).

*Graduada em Enfermagem e em Filosofia (Unioeste), Mestre em Saúde Coletiva (UEL), Doutora em Saúde Coletiva (Unicamp), docente assistente do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: manoelacarv@gmail.com

** Graduado em Ciências Sociais e em Filosofia (USP), Mestre em Letras Modernas (USP), Doutor em Saúde Coletiva (Unicamp) docente associado do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: rodolfo.puttini@unesp.br

Em meio ao contexto da intensificação dos processos migratórios e da crise humanitária em países da África, América Latina e Europa, que obrigam milhares de pessoas a buscarem em outros países alguma chance de sobrevivência enfrentando risco de morrer no meio do caminho, a autora denuncia atitudes de rejeição em países europeus e nos Estados Unidos da América, oriundos de cidadãos e líderes políticos, pelos discursos e leis que dificultam e impedem a entrada de imigrantes pobres, embora, ao contrário, incentivam a presença de turistas e imigrantes que representam alguma vantagem financeira ao país.

Como filósofa, Cortina inicia seu livro de oito capítulos destacando a importância de estabelecer conceitos para reconhecer a realidade, analisá-la e tomar posição sobre ela. Expõe o processo de criação do termo “aporofobia”, eleito como a palavra do ano de 2017 (DEUS, 2021), que remonta a uma publicação em jornal espanhol em 1995 e, após muitos anos de divulgação do termo, em 2020, submeteu ao dicionário de língua espanhola como: “diz-se do ódio, repugnância ou hostilidade ante o pobre, o sem recursos, o desamparado” (p.28).

E, no segundo capítulo, caracteriza os crimes de ódio ao pobre que, na sua percepção, estariam motivados pela aporofobia. Esclarece que as vítimas não são estigmatizadas por sua identidade pessoal, mas por pertencerem a um coletivo dotado de um traço que produz repulsa e desprezo nos agressores, atribuindo-lhe atos prejudiciais à sociedade, como quando se relacionou a vinda de venezuelanos ao Brasil ao aumento de casos de sarampo, por exemplo, sem mencionar a baixa cobertura vacinal e suas causas.

A proposta da autora para eliminar a aporofobia é educar as pessoas e “criar instituições econômicas e políticas empenhadas em acabar com a pobreza a partir da construção da igualdade” (p.49). O desafio, segundo a autora, é que a educação moral deve vir acompanhada de ações políticas e econômicas institucionais. Sua noção de pobreza está embasada em Amartya Sen, segundo o qual “a pobreza é a falta de liberdade, a impossibilidade de levar a cabo os planos de vida que uma pessoa tenha razões para valorizar” (p.49).

Este é o cerne do trabalho de Cortina: descobrir as raízes profundas da aporofobia, *não da pobreza em si*, entender se faz parte da natureza humana de modo que os pobres sempre serão desprezados, ou ainda, descobrir caminhos pelos quais cada pessoa e cada sociedade possam mudar por entender e sentir que essa atitude é contrária à humanidade mais elementar (p.50). Portanto, sua preocupação é com o tratamento destinado ao pobre e não com a eliminação da pobreza. Trata, no terceiro capítulo, do embate entre a defesa irrestrita da liberdade de expressão e seus limites quando incitam a violência ou violam direitos ou bem básico, como a autoestima da vítima. ¹ Reconhece as dificuldades objetivas (o que se considera como crime de ódio em cada sociedade) e subjetivas (grupos sociais, com relativo poder e voz, conseguem mais facilmente que sejam criminalizados discursos que os atacam) para a punição em casos de discursos de ódio. Destaca que em uma sociedade democrática, não só o valor da liberdade é essencial, mas também o da

¹ Para John Rawls, a autoestima é considerada um bem primário, aquele que qualquer pessoa desejaria ter, independente de quais forem os planos de vida que queira se propor. A autoestima permite confiar em suas próprias forças para desenvolver projetos atrativos ao longo da vida (p.60).

igualdade e o do reconhecimento mútuo da dignidade e do direito ao respeito e à autoestima de todas as pessoas. Nesse sentido, o grau com que as pessoas podem se expressar livremente não deve ser o único indicador para se medir a qualidade de uma sociedade democrática; pois, se o respeito mútuo for baixo, prosperará um liberalismo individualista selvagem e não o apreço pela igual liberdade, próprio de uma sociedade democrática (p.68).

O quarto capítulo talvez seja o mais polêmico do livro (em conjunto com o sexto, na sequência), no qual a autora assume um viés biologicista para explicar a origem da aporofobia. Estaria no cérebro aporofóbico a origem da aversão ao pobre. Para construir seu argumento, Cortina inicia por demonstrar que existe uma digressão entre o “ideal” e o “real”, questionando sobre suas causas: “o que é que nos ocorre que queremos um mundo e construímos outro?” (p.76), esta que é uma questão que parece apontar para o idealismo filosófico ao qual se filia a autora. E, tomando o desenvolvimento das neurociências, apoiadas na teoria da evolução de Darwin e da seleção natural, admite uma *versão biológica* que apontaria no cérebro a razão desta diferença entre o pensamento e a ação. A xenofobia seria uma função adaptativa de sobrevivência, que nos induz a buscar o que é familiar e preferir o conhecido, e nos distanciar do que desagrada ou perturba. Ao mesmo tempo, nosso cérebro também nos dispõe a cooperar com expectativas de receber algo em troca, como uma forma mais inteligente de sobreviver, ao invés de entrar em conflito com estranhos, por exemplo.

De tal forma que, se biologicamente estamos preparados tanto para o egoísmo quanto para a cooperação, a autora conclui que “o individualismo egoísta é uma invenção sem fundamento, que cumpre uma missão ideológica. O princípio adaptativo cunhou o cérebro ‘contratualista’, que nos leva a selar um pacto de ajuda mútua com todos aqueles que são necessários para nossa sobrevivência e prosperidade” (p.93) e esta seria a base das sociedades contratualistas, que exclui o pobre, já que não entra no jogo da troca, porque não parece oferecer qualquer benefício em retorno (p.94).

No quinto capítulo, a autora retoma possíveis recursos para educar as pessoas para construir uma sociedade menos aporofóbica. Sendo a reputação a valorização que a sociedade faz das ações individuais, a autora sugere que este seria um instrumento poderoso para incentivar um tipo de ação e enfraquecer outras, reforçando condutas pró-sociais ou condenando aquelas que consideram inadequadas à boa convivência. Apoiando-se em Platão (o mito do Anel de Gíges), Darwin e Kant, a autora constrói o argumento de que educar a sociedade contra a aporofobia passa pela organização de uma moralidade, um conjunto de valores éticos, princípios e costumes, que controle o egoísmo e estimule a cooperação e a solidariedade, já que a convivência de seres radicalmente egoístas seria inviável.

Apesar de considerar a educação um bom meio para melhorar a moralidade da população, no capítulo VI a autora reconhece seu insucesso ao longo da história, então retoma as bases biológicas do cérebro aporofóbico e propõe complementar a educação com meios biomédicos, defendendo as potencialidades da indústria química e da neurociência para alcançar o que chama de “*biomelhoramento moral*”. A biomedicina, o avanço do conhecimento genético e a neurobiologia forneceriam novos meios

(transumanistas) para alterarmos a base biológica das nossas disposições morais, seja por meio de medicamentos, implantes, seleção genética, engenharia genética ou instrumentos externos que afetam o cérebro ou processos de aprendizagem.

Inevitavelmente o debate sobre o risco da eugenia aparece neste capítulo, e podemos lembrar das consequências renunciadas dessas propostas, exploradas pelo cinema em filmes como *Laranja Mecânica*, *Admirável Mundo Novo*, *Gataca*, entre outros. Mas também podem ser acrescentadas as reflexões de Herminio Martins (2012) sobre a eugenia de ontem e de hoje, quando atualiza o papel da genética no contexto tecnológico de uma sociedade prometeica e/ou fáustica.

A autora propõe debater sobre diferenças entre uma “eugenia autoritária” e uma “eugenia liberal” que se distinguiriam pela neutralidade do Estado e pela liberdade de decisão dos pais sobre a procriação, além da finalidade do melhoramento individual (e não a pureza racial da espécie) e a busca de uma eficiência econômica e não de uma ideologia política que a sustenta. A questão é: seria a eugenia liberal mais ética que a eugenia autoritária? Hans Jonas (1994) poderia também auxiliar nessa resposta, alertando para o princípio da responsabilidade humana no contexto do progresso médico, onde atua hoje a eugenia (negativa/preventiva e/eugenia positiva) no domínio da tecnologia genética.

É no capítulo sete, ao tratar da erradicação da pobreza e redução da desigualdade, que fica claro ao leitor que a autora não está buscando as causas e origens sociais da pobreza, mas sim, uma forma de convivermos “civilizadamente” com ela, sem agredir o pobre. A autora não se baseia na compreensão marxista, por exemplo, que propõe uma explicação de como a pobreza é um “efeito colateral” imanente ao próprio desenvolvimento capitalista. Entende que erradicar a pobreza é um dever de justiça dos poderes políticos (Estado) e poder econômico (empresas e instituições financeiras), que são “responsáveis pela criação de riquezas materiais e imateriais” (p.150). Reconhece que desde o século XVI, quando foi publicado o primeiro tratado sobre a pobreza, até as atuais iniciativas das Nações Unidas como os “Objetivos do Milênio” e os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis” encabeçados pelo objetivo “fim da pobreza”, a pobreza entra na agenda pública porque é admitida como uma ameaça à ordem social. Aposta em ideias como a da Responsabilidade Social Empresarial (p.171) e pluralismo dos modelos de empresa (p.172) e economia social e solidária (p.173) e inclui outras “motivações na atividade econômica, o que inclui o amor-próprio, mas também a simpatia e o compromisso, tendo em conta a natureza das bases cerebrais da racionalidade e da emotividade econômicas” (p.174), ou seja, uma “ética da razão cordial” segundo a qual as instituições, ao eliminarem a pobreza e reduzirem as desigualdades, erradicariam a aporofobia (p.169).

E, finalmente, no oitavo e último capítulo, inspirada em Kant, Lévinas e Derrida, a autora defende uma cidadania cosmopolita, cujo valor da hospitalidade além de uma virtude seria também um dever, para o qual corresponderia um direito. Para a construção desta sociedade cosmopolita será necessária a construção de um Direito Cosmopolita, que estabeleça as condições para a hospitalidade universal e complementar à virtude pessoal com a obrigação institucional de acolher os estrangeiros. Conclui que o progresso moral e a exigência ética do respeito e da solidariedade pelo vulnerável não são herdados

geneticamente e, portanto, devem ser aprendidos. Educar para o século XXI exige formar cidadãos compassivos, capazes de assumir a perspectiva dos que sofrem, mas, sobretudo, de se comprometer com eles.

Não obstante seu mérito quanto às contribuições para uma ética prática do seu tempo, o livro de Cortina não aprofunda as reflexões sobre a origem estrutural da pobreza do atual modo de produção capitalista e, desta forma, toma os instrumentos da superestrutura, na teoria marxista (Estado, leis, escolas, etc.) como capazes de promover uma convivência pacífica e educada para com os pobres. Assim, é um livro que instiga pensarmos os valores éticos e morais de nosso tempo, incluindo os da ciência hegemônica apoiada na crença de que é mais fácil alterar química e biologicamente a consciência moral dos sujeitos, para aturar as agruras da realidade, do que propor sua substancial transformação.

Referências

- AIKES, S.; FRIZON RIZZOTO, M. L. Acesso do transfronteiriço aos serviços de saúde em cidades gêmeas do Paraná. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 18, n. 4, 25 nov. 2019.
- ARENHART, Carlos Guilherme Meister et al. Representações sociais do direito à saúde na fronteira trinacional. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 27, n. 11 pp. 4233-4241.
- DEUS, F. R. DE. O conceito “aporofobia” de Adela Cortina : reflexões sobre a sistêmica aversão aos pobres e a pobreza. **Anãnsi: Revista de Filosofia**, v. 2, n. 1, p. 123-136, 13 jul. 2021.
- JONAS, H. Técnica e responsabilidade: reflexões sobre as novas tarefas da Ética. In: *Ética, medicina e técnica*. Lisboa: Vega Passagens, 1994.
- MARTINS, Herminio. *Experimentum humanum: civilização tecnológica e condição humana*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- NASCIMENTO, V. A. do. Subvertendo a ordem: os indocumentados e as estratégias de acesso à saúde na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 63, n. 2, p. e161823, 2020.
- RISSE, Ana Paula; MATSUE, Regina Yoshie; LIMA, Ana Cristina Costa. Atenção em Saúde aos imigrantes haitianos em Chapecó e suas dimensões étnico-raciais. **O social em questão**, v. 21, n. 41, p. 111-130, 2018.
- SILVA, S. de S.; BRITO DE MELLO, H. A. Estigma e preconceito na escola: relatos de imigrantes. **Polifonia**, [S. l.], v. 25, n. 37.2, p. 292-310, 2018.
- WEBER, J. L. A. et al. Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Aspectos Psicossociais, Aculturação, Preconceito e Qualidade de Vida. **Psico-USF**, v. 24, n. Psico-USF, 2019 24(1), jan. 2019.